

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E USO DOS RECURSOS PESQUEIROS NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO: Estudo de caso no município de Soure (PA)¹

Silvana Benassuly Maués de Medeiros

Engenheira Florestal pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Especialista em Ordenamento Territorial pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA). Discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA).
sbenassuly@yahoo.com.br

Christian Nunes da Silva

Doutor em Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP/UFPA); Mestre, Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (FGC/UFPA). Professor Adjunto da Faculdade de Geografia e Cartografia pela Universidade Federal do Pará (FGC/UFPA). Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPA) e do PPGEDAM/NUMA. Pesquisador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA).
cnsgeo@yahoo.com.br, cnunes@ufpa.br

RESUMO

Este trabalho procura fazer um estudo de caso do que vem ocorrendo com usuários que realizam a extração de recursos pesqueiros, no caso específico os pescadores participantes da Colônia de Pescadores Z 01 de Soure (PA) ou como é conhecida a Z 01 de Soure. De acordo com a pesquisa bibliográfica e de campo, os acontecimentos demonstram que os pescadores e as pescadoras artesanais da Z 01 terão que se adaptar ao momento atual onde a demanda por pescado reflete diretamente na sua disponibilização. Todavia, resistências e limitações para os pescadores artesanais foram demonstradas no decorrer da pesquisa, isto se torna claro nas entrevistas e até na pesquisa bibliográfica sobre a pesca artesanal em outras localidades na Amazônia brasileira. Por meio da análise desta realidade há possibilidades de estudos posteriores em que os pescadores (as) artesanais, além de serem os principais fornecedores de pescado para as cidades, terão seus modos de vida e suas territorialidades asseguradas, podendo preservar suas culturas e seus modos de subsistir tradicionais.

Palavras-chave: Manejo dos Recursos Pesqueiros; Pesca Artesanal; Territorialidade.

SOCIAL ORGANIZATION AND USE OF FISHERIES RESOURCES IN THE AMAZONIAN ESTUARY: a case study in the municipality of Soure (PA)

ABSTRACT

This paper attempts to make a case study of what is happening with users who perform the extraction of fishing resources, in this particular case, the fishermen participating in the Fishermen Colony Z 01 from Soure (PA) or as it is known, Z 01 from Soure. According to the literature and field research, the events demonstrate that

¹ Trabalho oriundo dos debates realizados durante a execução do projeto “Mapeamento participativo e estratégias de sobrevivência de populações tradicionais na Amazônia paraense”, aprovado no Edital 06/2013 – PROPEP (Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador – PRODOUTOR 2013) e no Edital 14/2013 (Chamada Universal – MCTI/CNPq) e coordenado pelo Prof. Dr. Christian Nunes da Silva.

**Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico:
estudo de caso no município de Soure (PA)
*Silvana Benassuly Maués de Medeiros; Christian Nunes da Silva***

fishermen and artisanal fishers from Z 01 will have to adapt to the current moment where demand for fish directly reflects in their disposal. However, resistances and limitations for artisanal fishermen were demonstrated during the research, it becomes clear in interviews and even in bibliographical research on artisanal fisheries in other locations of the Brazilian Amazon. By analyzing this reality, there are possibilities of further studies where artisanal fishermen, as being the major fish suppliers to the cities, will have assured their ways of life and their territoriality, managing to preserve their cultures and their ways of traditional subsistence.

Keywords: Management of Fisheries Resources; Artisanal Fishing; Territoriality.

INTRODUÇÃO

A atenção da sociedade civil encontra-se centrada na problemática do meio ambiente, porém, a reflexão se dá mais veementemente sobre o aspecto florestal, o desmatamento e as suas consequências. Fatos muito importantes, sem dúvida, mas que impossibilitam a visão do todo ante a problemática da extração do pescado dos rios amazônicos, abrangendo mais especificamente neste trabalho as áreas de pesca do município de Soure, na ilha do Marajó, estado do Pará e área de atuação da Colônia Z 01. O caso agora seria não analisar o manejo negativo do extrativismo florestal, mas sim o manejo negativo da pesca, ou seja, o manejo feito de maneira que impossibilita o tempo necessário para recuperar o pescado extraído para o próximo período de pesca.

Desta forma, o manejo negativo do pescado viria impossibilitar, futuramente, a satisfação e sustento das populações descendentes dos pescadores. Todavia, medidas têm sido buscadas para o melhor trato no manejo do pescado, como por exemplo, a proposta de McGrath (1993; 1995) ao analisar o manejo de peixes em lagos como uma possibilidade de produção sustentável do pescado. Gonçalves (2001) defende outros métodos que podem ser utilizados na preservação da natureza, como o salário defeso², uma forma de recompensa para os pescadores que não pescam no período da desova dos peixes e as Reservas Extrativistas (Resex), que unem preservação do meio ambiente e a utilização racional dos recursos naturais pelo homem.

Não obstante, a experiência acima citada é mais difícil ao se analisar uma área que compreende um ambiente tão grande como de lagos, baías, rios e mar que circundam a ilha do Marajó, pois os limites não são impostos territorialmente, visto que são ambientes de rios, mas sim por concordância das partes, de pescadores artesanais, fazendeiros,

² O salário defeso é garantido por Lei Federal (BRASIL, 2005) para pescadores cujo local onde pescam sofre um período em que a pesca é proibida, devido a reprodução das espécies de peixe, conhecido como piracema. Para os pescadores que pescam nos rios da ilha do Marajó esse período corresponde aos meses de janeiro a abril.

**Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico:
estudo de caso no município de Soure (PA)**
Silvana Benassuly Maués de Medeiros; Christian Nunes da Silva

pescadores industriais, etc., como por exemplo, no caso das diversas colônias de pescadores que estipulam fronteiras imaginárias ou naturais de ação, isto é, estipulam suas territorialidades.

Então, como se precaver de “invasões” de pescadores que se acham no direito de utilizar um bem comunal da população? Sem dúvida os corpos d’água da ilha do Marajó não podem ser de domínio privado. Estes ambientes aquáticos influenciam diretamente várias cidades e diversos modos de vida que procuram em suas águas as formas de subsistir, sejam elas consideradas ultrapassadas ou adaptadas aos dias atuais.

Prova disso é a criação de organizações sociais que procuram garantir os direitos das minorias em subsistir em um ambiente cada vez mais depredado pelos grandes empreendimentos. É importante verificar, por exemplo, a criação de Colônias de Pescadores, cujo principal objetivo está em representar a categoria haliêutica (FURTADO, 1993; 1994), assim como os Sindicatos e as Cooperativas representam seus trabalhadores (MORAES, 2002; SILVA, 2006; 2012).

Estudos sobre a pesca artesanal proporcionam mais informações sobre a importância dos modos de vida dos pescadores artesanais, no caso aqui os pescadores do município de Soure, no estuário amazônico, e de que forma estes pescadores se territorializam no espaço em que atuam, e que se demonstram não serem muito diferentes dos pescadores que atuam em todo o litoral brasileiro, com similaridades nos modos de vida e na forma de organização em prol de um futuro melhor (MALDONADO, 1993; CASTRO, 2004).

O município de Soure, como boa parte dos municípios da região amazônica, tem suas terras inundadas esporadicamente nos períodos de cheia (ALMEIDA PINTO et al, 2007). Fato que facilita e incentiva a aplicação de atividades direcionadas para a extração de organismos dos ambientes fluviais. São ambientes úmidos, recortados por lagos (como de Arari), rios, furos, baías (como do Marajó) e igarapés. Cursos d’água importantes que dão ao modo de vida dos pescadores importantes contribuições na constituição de sua cultura e de seus modos de produção.

O setor pesqueiro em Soure ainda enfrenta a baixa escolaridade, condições precárias de trabalho e pouca ou quase nenhuma infraestrutura para o beneficiamento e venda do pescado. O município precisa adotar protocolos de boas práticas sociais, ambientais e econômicas, por meio do comprometimento com as organizações públicas e privadas, com o desenvolvimento do setor pesqueiro e a preservação do meio ambiente.

**Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico:
estudo de caso no município de Soure (PA)**
Silvana Benassuly Maués de Medeiros; Christian Nunes da Silva

Dessa maneira, tem-se uma gestão sustentável, reduzindo o desperdício e agregando valor ao pescado, contribuindo assim para a estruturação da cadeia produtiva da pesca.

Enfim, a produção de pescado é uma grande oportunidade para Soure produzir proteína nobre e gerar mais postos de trabalho, emprego e renda, de forma sustentável, aproveitando o vasto território de águas da região e considerando a importância do pescador artesanal daquela região. A seguir observamos a localização do município de Soure e a influência direta que este município sofre dos ambientes aquáticos (figura 01).



Figura 01 – Mapa básico de localização do município de Soure
Fonte: Base de dados IBGE, SISCOM/IBAMA.

Neste município é notada uma grande movimentação de embarcações, pois a cidade de Soure é considerada uma cidade turística, nele trafegam barcos e navios e balsas vindos principalmente da capital do estado, Belém. Desse fato, observa-se a importância dos rios para a locomoção na região, tornando-se também um dos problemas que mais

**Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico:
estudo de caso no município de Soure (PA)**
Silvana Benassuly Maués de Medeiros; Christian Nunes da Silva

afligem os pescadores, a saber, a intensa circulação de embarcações, que segundo relatos, interfere diretamente em suas atividades pesqueiras.

Do surgimento de conflitos desse tipo, os modos de vida e suas tecnologias tendem a se adaptar/aprimorar, agregando novos equipamentos em busca da melhor/maior capacidade de transporte e de mais velocidade para se alcançar os mercados consumidores mais rentáveis e mais próximos. Considerando a fundamentação teórica – de modo de vida e de território, a metodologia desenvolvida foi realizada por meio de pesquisas junto aos órgãos públicos e as associações/colônia que gerenciam a atividade de pesca em Soure, nas quais procuramos compreender como ocorre a pesca na região de abrangência de Soure. Desse modo, este artigo busca fazer um estudo de caso do que vem ocorrendo com usuários que realizam a extração de recursos pesqueiros, no caso específico os pescadores participantes da Colônia de Pescadores Z 01 de Soure (PA).

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E USO DOS RECURSOS PESQUEIROS EM SOURE- PARÁ³

Para esta pesquisa, o Presidente da Colônia Z 01 relatou em comunicação pessoal (2013) diversos pontos importantes, além de destacar os problemas quanto a inoperância do poder público no que concernem as políticas públicas que não chegam a quem de direito: os pescadores. Ainda segundo relato do presidente da colônia Z 01, o caminhão frigorífico que deveria suprir as necessidades e o bom funcionamento das cadeias produtivas aquícola e pesqueiras integradas estão atualmente transportando carne bubalina.

Assim, percebe-se um total descaso do Poder Público local pela política pesqueira, não obstante ter sido criada a secretaria de pesca municipal – SEMUPA, através do Decreto nº 3.237 de 2011, o primeiro secretário de pesca do município só foi nomeado após dois anos da publicação do decreto, isto é, no segundo mandato do atual gestor municipal e não há uma infraestrutura que garanta o bom funcionamento da SEMUPA, que funciona precariamente em uma sala da prefeitura municipal, não tendo um quadro mínimo de servidores.

Tem-se como diagnóstico que grande parte da desestrutura do setor pesqueiro artesanal está vinculada às deficiências de acesso aos meios de conservação do pescado, principalmente ao gelo. Considera-se ainda a dificuldade de comercialização direta de produtos provenientes da pesca artesanal e aquicultura familiar, pela ação de intermediários

³ Coleta de dados e pesquisa de campo realizada no ano de 2013.

**Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico:
estudo de caso no município de Soure (PA)
*Silvana Benassuly Maués de Medeiros; Christian Nunes da Silva***

(atravessadores) na cadeia produtiva, acarretando menores rendimentos para os pescadores artesanais e pequenos aquicultores.

Entre outras carências referentes à pesca nos rios do município de Soure, o Presidente da Z 01 de Soure destacou a falta de investimentos públicos, além da desatenção para com as dificuldades pelas quais passam as comunidades locais. A Colônia procura assegurar garantias e direitos aos pescadores (melhoria no atendimento da assistência médica, seguro defeso, auxílio maternidade, auxílio doença, auxílio reclusão, pensão por morte e aposentadoria etc.).

Conforme dito anteriormente, é importante ressaltar a atuação social organizada da Colônia de Pescadores Z 01 de Soure, que possui como sócios no atual contexto 5.000 pessoas, sendo que 30% dos sócios são mulheres pescadoras que têm sua área de atuação o rio Paracauari, importante afluente e área de pesca de Soure. Desse montante, cerca de 3.000 recebem seguro defeso, em que os pescadores contribuem com uma mensalidade para a colônia, de 1% do salário mínimo⁴.

Além da colônia de pescadores existem várias associações de pescadores chamadas pelos pescadores de “clandestinas” porque foram criadas, segundo eles, apenas para receber o seguro defeso, sendo que seus sócios não são efetivamente pescadores, suscitando assim falsidade ideológica e prejudicando quem vive da pesca. Outra organização que atua de maneira formalizada em Soure localiza-se na Vila do Pesqueiro, localizada na área da RESEX de Soure, denominada Associação de Mulheres Pescadoras do Pesqueiro, que também aceita em seus quadros associados homens, que participam do seguro defeso.

Durante pesquisa bibliográfica foi constatado que não se pode negar que a categoria dos pescadores artesanais vem sofrendo com problemas diversos, como a escassez do peixe, a concorrência com a pesca industrial, o aumento do tráfego nos rios, entre outros. Além disso, ainda existem os problemas relacionados à infraestrutura governamental, como no campo da saúde com a falta de amparo médico-hospitalar, assistência por parte do Estado nas aposentadorias, entre outros. Sendo que todos estes fatores negativos foram encontrados em pesquisa de campo em Soure.

O amparo conseguido para a categoria dos pescadores através da Colônia Z 01 de Soure representa uma conquista árdua e contínua, sendo a capacidade de união desses indivíduos a solução para alcançar conquistas e respeito social, pois mesmo com o importante papel histórico que os pescadores desempenharam na trajetória social do país, a

⁴ Como já afirmado a coleta de dados e a pesquisa de Campo foram realizadas no ano de 2013.

**Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico:
estudo de caso no município de Soure (PA)**
Silvana Benassuly Maués de Medeiros; Christian Nunes da Silva

bibliografia sobre o tema demonstra que ainda não tiveram o reconhecimento merecido (SILVA, 2006).

Como objetivos ou propostas, ainda em parte distantes, se encontra a melhoria da estrutura física da colônia dos pescadores com a aquisição de equipamentos para o armazenamento do peixe, uma fábrica de gelo, de modo que a produção pesqueira fosse negociada na cidade de Soure.

E assim, reduzindo as perdas por parte da categoria local, que ao vender o pescado ao atravessador acaba acumulando progressivos prejuízos com relação à comercialização do produto. Como ações concretas da colônia no campo das conquistas, estão os convênios com órgãos responsáveis pelo apoio técnico aos pescadores, entidades governamentais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/Pará), Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAQ) e órgãos não governamentais, por onde se busca apoio na escala estadual para se conseguir projetos junto a organismos de financiamento.

A preocupação com o risco da falta de pescado já é uma realidade, a maior parte dos pescadores que observa a pouca extração de peixes no momento atual teme tal situação, o que não era notado anteriormente. De fato, o problema tende a agravar, onde diversos autores advertem para uma redução do potencial pesqueiro no estado do Pará, causado pela exploração predatória, o que, visivelmente, não tem se convertido em emprego e renda para a população ou aumentado a arrecadação de impostos para o setor pesqueiro.

Segundo dados obtidos com o secretário municipal de pesca e aquicultura, são retirados dos rios pelos pescadores artesanais da Z 01, cerca de 600 toneladas de peixe por ano (conforme a figura 02), e as chamadas “geleiras”, referentes à pesca industrial, ultrapassam a produção dos pescadores artesanais, extraindo cerca de 1800 toneladas por ano. A maior parte destes recursos extraídos é destinada à comercialização em Belém e muito pouco fica em Soure.

**Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico:
estudo de caso no município de Soure (PA)**
Silvana Benassuly Maués de Medeiros; Christian Nunes da Silva

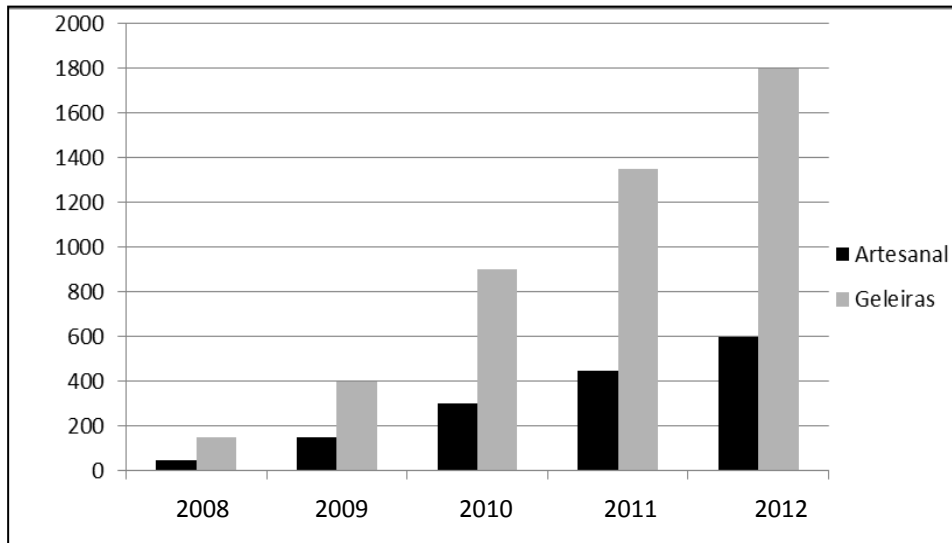


Figura 02 – Produção de Pescado em Soure (tonelada/ano)

Fonte: Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura do Município de Soure-PA (2013).

Para comercializar sua produção em Belém, os pescadores enfrentam algumas dificuldades, a exemplo do transporte e da negociação com o atravessador. No caso dos transportes, o custo se torna alto devido a distância significativa da capital e pelas embarcações não terem capacidade de transportar grandes volumes da produção.

A comercialização do pescado, antes de chegar ao consumidor final é intermediada e sofre vários incrementos no que diz respeito aos valores agregados, primeiro pelo pescador que agrega os meios de produção e sua força de trabalho ao pescado, sendo repassado ao intermediário, “atravessador” ou “marreteiro”, que junta ao pescado um valor que será repassado para o feirante e este, repassará ao consumidor final o valor tabelado pelo mercado, sendo este último muito superior ao valor primário considerado pelo pescador. Por isto, os pescadores reclamam da falta de incentivos dos órgãos do Governo das três esferas (Federal Estadual e Municipal).

Contudo, tem que se salientar que muito dessa realidade insustentável no espaço de atuação das Colônias de Pescadores, em dado contexto, virá a se agravar mediante a somatória dos problemas citados acima e aqueles advindos do acréscimo da atividade pesqueira na Z 01, além da falta de estrutura técnica necessária para a preservação do pescado já extraído. Bem como chama a atenção Nahum et al. (1998), ao afirmar que o problema começa com a preservação do pescado a bordo das embarcações pesqueiras durante as operações de pesca, visto que tais problemas foram mencionados por moradores, que além de pescar, usam o rio para o transporte.

A pesca artesanal é realizada com equipamentos dos próprios moradores. Estes materiais são confeccionados na maioria das vezes pelos mesmos pescadores da área, que

**Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico:
estudo de caso no município de Soure (PA)
Silvana Benassuly Maués de Medeiros; Christian Nunes da Silva**

utilizam linha de náilon e anzóis, comprados em Soure, para fabricar equipamentos como a rede de malhadeira, espinhel e a tarrafa. Porém existe a utilização de materiais extraídos da floresta como o cipó titica (*Heteropsis spruceana* Schott), tala de Jupati (*Raphia vinifera*) e a tala de miriti (*Mauritia flexuosa* L.) que não têm nenhum custo ou um custo baixo para os pescadores.

Quando os trabalhadores não têm tais materiais nos quintais de suas residências, podem encontrar nas proximidades ou em outras comunidades, comercializando tais recursos nas próprias comunidades entre os vizinhos. A pesca em pequena escala é realizada no ano todo, mais comumente durante o verão, nos meses de chuva na região amazônica. A pesca em escala maior é realizada durante a safra nos rios da ilha do Marajó, nos meses de maio a outubro, fora do período de defeso (01 de janeiro a 30 de abril).

Os pescadores artesanais vêm tentando, por meio do associativismo, se adaptar a tantas adversidades, realizando outras atividades relacionadas à extração, como a agricultura, a criação de animais, etc. Este fato, de adaptação constante à realidade capacitou estes indivíduos não somente a atuar na atividade de pesca artesanal, mas também a realizar diversas outras atividades, fato assinalado por Furtado (1993), ao denominar este indivíduo de *agricultor-pescador* ou *pescador polivalente*.

Segundo a autora, o pescador-polivalente manipula os recursos dos ecossistemas terrestres e aquáticos, atuando na pesca e em outras atividades como o cultivo de roçados, a coleta de frutos e a criação de grandes e pequenos animais. Em outros estudos sobre as populações pescadoras ribeirinhas, ou tradicionais, relaciona novamente a pesca com as diversas outras atividades realizadas pelos pescadores, que observa:

Estes, vivendo de uma multiplicidade de atividades, configuram o que tenho chamado de *pescadores polivalentes*. Adaptaram-se às condições da sazonalidade nas quais estão envolvidas todas as atividades por eles praticadas, tais como a pesca de subsistência e comercial, a coleta de produtos silvestres, a agricultura de roçados, o cultivo da juta e alguma caça (FURTADO, 1993, p. 251).

Desta forma, o pescador, por meio de equipamentos que se adaptaram ao tempo e ao ambiente exterior, vem mantendo, ou tentando manter um padrão de subsistência similar durante décadas, os quais vêm sendo alterados pelo ambiente exterior por meio de novas técnicas e novos materiais. Não obstante, a competição com grandes embarcações (as geleiras) que pescam industrialmente concorre com a pesca artesanal de forma predatória, tornando a extração por pequenos pescadores inviável, ou melhor, insustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais são de fundamental importância para a organização da sociedade civil como um todo, com o objetivo de alcançar melhor qualidade de vida, buscando a satisfação de necessidades de habitação, saúde, vestuário, emprego, alimentação, etc., isto é, necessidades básicas que compõem o que se conhece como direitos inerentes da cidadania são necessidades requeridas pelos movimentos sociais e que deveriam ser satisfeitas com a execução de políticas voltadas para o bem coletivo-social. No caso dos pescadores artesanais o movimento social que os caracteriza são as Colônias de Pescadores (SILVA; CARDOSO, 2015).

O Estado precisa exercer sua função social por meio da criação, da implementação e do incentivo de políticas públicas sérias, direcionadas e comprometidas com a sociedade, para provisão eficiente dos serviços sociais básicos com vistas a níveis adequados e civilizados de relações e desenvolvimento humano. Desta maneira, há a expectativa por políticas públicas que contribuam para a incorporação de segmentos excluídos dos benefícios do progresso e/ou crescimento econômico.

Da preocupação com o ordenamento dos recursos naturais, diversos discursos surgem para tentar reverter o uso indiscriminado e predatório. Deste fato se observa o engajamento de órgãos de fiscalização, controle e monitoramento, como por exemplo, o IBAMA, a quem compete a fiscalização e a gerência de recursos naturais, como o pescado. Quando ocorre a falta de uma política pública eficiente elaborada pelo Estado, as organizações sociais não governamentais tendem a se formar para tentar ocupar o lugar que deveria ser ocupado pelo Estado. No caso da pesca em Soure, alguns destes personagens têm atuação direta, ou influenciam de alguma forma na dinâmica da atividade pesqueira e na vida das populações de pescadores artesanais, como por exemplo, a Colônia de Pescadores Z 01 de Soure.

É grande o potencial pesqueiro do município de Soure, haja vista dados estatísticos da SEPAQ de 2008 que indicam que a produção de peixe estaria em torno de 137 toneladas, no entanto dados da secretaria municipal de Pesca do Município indicam uma produção média de 600 toneladas de peixe por ano, havendo assim um incremento de 463 toneladas nos últimos quatro anos, isto só com a pesca artesanal realizada em “piolhos”, como os pescadores da região chamam os pequenos botes. Há de se chamar a atenção que os dados da estatística pesqueira da SEPAQ levaram em consideração o desembarque no mercado municipal de Soure. No entanto, na pesquisa de campo constatou-se que a maior

**Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico:
estudo de caso no município de Soure (PA)**
Silvana Benassuly Maués de Medeiros; Christian Nunes da Silva

parte da produção pesqueira do município abastece outros mercados, como por exemplo, o mercado de peixe do município de Belém.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA PINTO, W. H. et al. Critérios para setorização e espacialização de dados pesqueiros na região de Parintins – AM e Santarém – PA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., 2007, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: INPE, 2007. p. 3019-3026. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2007/>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Instrução normativa nº. 43**. Publicada em: 18/10/2005.

CASTRO, F. Níveis de decisão e o manejo de recursos pesqueiros. In: BEGOSSI, A. (Org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 255-284.

FURTADO, L. G. Reservas pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Ed.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993. p. 243-276.

_____. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M.A. & SILVEIRA, J. M (Org.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994.

GONÇALVES, C. W. P. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, Marcos (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC, 2001. p. 135-161.

MCGRATH, D. G. Manejo comunitário dos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: GONÇALVES, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Ed.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993. p. 389-402.

MCGRATH, D. G.; CÂMARA, E. P. L. A viabilidade da Reserva de Lago como unidade de manejo sustentável dos recursos da várzea. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém: MPEG, 1995. p. 87-132.

MALDONADO, S. C. **Mestre & mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

MORAES, S. C. **De homens e peixes: a metamorfose da vida na água**. 2002. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

NAHUM, V. J. I. et al. **A pesca no estado do Amapá: alternativas para o seu desenvolvimento sustentável**. Macapá: Secretaria de Meio Ambiente, 1998. 90 p.

**Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico:
estudo de caso no município de Soure (PA)**
Silvana Benassuly Maués de Medeiros; Christian Nunes da Silva

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 01, p. 11-37, 1996.

SILVA, C. N. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA**. 2006. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

_____. **Geografia e representação espacial da pesca na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2012.

SILVA, C. N.; CARDOSO, E. S. Fishermen and territorial trends in the Brazilian fisheries policies. **International Journal of Geosciences**, v. 6, p. 339-349, abr. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4236/ijg.2015.64027>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

Recebido para publicação em 11/05/2015

Aceito para publicação em 30/07/2015